


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006375-58.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **Banco Panamericano S/A**  
 Requerido: **Oscar Lopes Ferreira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

**BANCO PAN S/A** propôs a presente ação de busca e apreensão contra **OSCAR LOPES FERREIRA**, alegando que o réu celebrou com o autor um contrato de financiamento de veículo, tendo como garantia fiduciária o veículo objeto da ação.

Afirmou que o réu deixou de pagar as prestações, incidindo em mora.

Requer a busca e apreensão liminar do veículo e, ao final, a procedência da ação, com a consolidação da posse e propriedade plena e exclusiva do bem em seu favor.

A decisão de fls. 25/26 deferiu a liminar e a busca e apreensão foi efetivada (fl. 32).

O réu comprovou o pagamento da integralidade da dívida e pugnou pela restituição do veículo (fls. 34/35).

Às fls. 44/45, o autor comunica que houve a venda extrajudicial do veículo, pois o réu teria efetuado o depósito após o prazo de 5 (cinco) dias da execução da liminar. Afirma que o bem foi vendido pelo valor de R\$ 19.400,00 e deposita o montante de R\$ 5.296,58, refere à diferença entre o valor da mora e o que foi recebido pela venda. Requer, assim, a extinção do feito.

Por sua vez, o réu pleiteou a improcedência da ação e a condenação do autor no pagamento de 50% do valor financiado.

**É o relatório.**

**Fundamento e deciso.**

O feito comporta O feito comporta julgamento antecipado, na forma do artigo 355, I, do CPC, visto que está instruído com as provas necessárias ao julgamento, não havendo a necessidade de produzir outras provas.

O pedido é improcedente.

Cuida-se de ação de busca e apreensão em razão da mora no pagamento das parcelas de financiamento com garantia de alienação fiduciária.

**1006375-58.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O réu logrou êxito em purgar a mora no quinquídio legal, se não vejamos: a busca e apreensão do veículo foi concretizada no dia **11/07/2017**, a teor da certidão de fl. 32, e o réu efetuou o depósito do montante integral da dívida no dia **14/07/2017** (fl. 43).

O despacho de fl. 49 já reconhecia que o depósito havia sido efetuado dentro do prazo legal, dessa forma, a venda do veículo em 20/07/2017 (fl. 53/54) se deu sem autorização judicial e fora da hipótese legal, uma vez que o réu havia purgado a mora no prazo legal.

Determina o §2º do artigo 3º do Decreto-lei nº 911/69 que havendo o pagamento integral da dívida, no prazo cinco dias contados da efetivação da liminar, deve o veículo ser restituído livre de ônus.

Considerando a informação de que o bem foi vendido a terceiro (fls. 53/54) há a impossibilidade de restituição, devendo o credor se sujeitar às penalidades da legislação de regência.

De início, por ser impossível impor ao autor a obrigação de devolver o veículo, que fora alienado por sua culpa, é de rigor a sua condenação ao pagamento do equivalente, nos termos do artigo 239 do Código de Processo Civil, ou seja, o réu faz jus à restituição do preço de mercado do veículo, a ser apurado mediante cotação da Tabela FIPE.

Além da compensação do réu pela perda do bem, o réu tem direito à multa prevista no §6º do artigo 3º do Decreto-lei que estabelece a penalidade de 50% (cinquenta por cento) do valor originalmente financiado, a ser paga pelo autor ao réu.

Nesse sentido:

*APELAÇÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – BUSCA E APREENSÃO. Pagamento do valor da dívida pelo devedor, dentro do prazo legal. Venda extrajudicial do bem. Restituição do valor de mercado do veículo, atualizado. Acréscimo da multa de 50% do valor originalmente financiado, nos termos do §6º, do art. 3º do Decreto-lei 911/60. RECURSO DA AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO – RECURSO DO RÉU DESPROVIDO. (TJSP; Apelação 0000263-96.2014.8.26.0404; Relator (a): Antonio Nascimento; Órgão Julgador: 26ª Câmara de Direito Privado; Foro de Orlândia - 2ª Vara; Data do Julgamento: 10/08/2017; Data de Registro: 10/08/2017)*

*APELAÇÃO CÍVEL. Alienação Fiduciária. Interposição de Ação de Busca e Apreensão injustificada. Ação Julgada Improcedente. Inconformismo. Acolhimento em Parte. Na data do ajuizamento da Ação de Busca e Apreensão a Parte Requerida estava em dia com suas obrigações contratuais. Ausência de mora. Ausência de comprovação da má-fé do Banco Recorrente que impede a sua condenação em restituir, em dobro, o valor cobrado indevidamente. Inaplicabilidade do artigo 940 do Código Civil Brasileiro. Sentença que determinou a aplicação do artigo 3º, Parágrafos 6º e 7º (aplicação de multa de 50% sobre o valor originalmente financiado e ao pagamento de perdas e danos), do Decreto-Lei nº 911/69, caso o Bem já tenha sido alienado ou esteja sem condições de uso. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, tão somente para*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*afastar a aplicação da multa prevista no artigo 940 do Código Civil, condenando-se a Parte Autora nos ônus inerentes à sucumbência, mantendo-se, no mais, a R. Sentença de Primeira Instância. (TJSP; Apelação 0002486-15.2015.8.26.0201; Relator (a): Penna Machado; Órgão Julgador: 30ª Câmara de Direito Privado; Foro de Cafelândia - Vara Única; Data do Julgamento: 28/06/2017; Data de Registro: 29/06/2017)*

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, e **CONDENO** o Banco Pan S/A:

1) a restituir ao réu o preço de mercado do veículo, a ser apurado mediante cotação da Tabela FIPE na data da venda, devendo o valor ser atualizado pela Tabela Prática do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, ambos contados desde a data da venda do bem, ante a impossibilidade de tutela específica da obrigação; e

2) a pagar ao autor multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor originalmente financiado, com fundamento no §3º do artigo 6º do Decreto-Lei 911/69, a ser atualizado pela Tabela Prática do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, ambos contados desde a data da venda do bem.

Condeno o autor em custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação a ser apurado na fase de cumprimento de sentença (artigo 85, §2º, do CPC).

**P.I.**

São Carlos, 31 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**